RESOLUÇÃO Nº 3168, DE 05 DE JUNHO DE 1986

Publicado no D.O. de 11.06.1986

(REVOGADA pela Resolução [5888/2010](#))

Baixa o Regimento Interno da Consultoria Jurídica da Reitoria da Universidade de São Paulo.

O Reitor da Universidade de São Paulo, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o deliberado pelo Conselho Universitário em sessão de 20 de maio de 1986, baixa a seguinte

RESOLUÇÃO:

Artigo 1º - Fica aprovado o Regimento Interno da Consultoria Jurídica da Reitoria da Universidade de São Paulo, que com esta baixa.

Artigo 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação (Proc. RUSP nº 26457/85).

Reitoria da Universidade de São Paulo, 5 de junho de 1986.

JOSÉ GOLDEMBERG
Reitor

TÍTULO I

Da Competência e Organização da Consultoria Jurídica da Reitoria da Universidade de São Paulo.

CAPÍTULO I

Da Competência

Artigo 1º - Compete à Consultoria Jurídica - CJ, na forma prevista no artigo 40 do Regimento Geral da USP, prestar assistência jurídica ao Reitor e atender a consultas formuladas pelo CO, CTA, e CEPE, bem como pelas Unidades da USP, por intermédio do Reitor.

Parágrafo único - Compete ainda à CJ representar judicialmente a Universidade de São Paulo, além do desempenho de outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Reitor.

Artigo 2º - A Consultoria Jurídica será Chefiada por um Procurador Chefe, de livre provimento pelo Reitor, devendo o cargo ser exercido em comissão, por advogado de reconhecido valor profissional.

Parágrafo único - O Procurador Chefe será substituído em suas faltas ou impedimentos pelo Assessor Jurídico Sub-Chefe.

CAPÍTULO II

Da Organização

Artigo 3º - Compõem a Consultoria Jurídica:

I - O Procurador Chefe;

II - O Assessor Sub-Chefe;

III - Os Assessores Jurídicos;

IV - Os Assistentes Jurídicos;

V - Os Auxiliares Jurídicos;

VI - O Serviço Administrativo;

VII - O Serviço de Acompanhamento dos Feitos Judiciais;

VIII - Estagiários de Serviços Forenses.

Artigo 4º - No provimento das funções de Assessor Jurídico exigir-se-á, além da prova do exercício de no mínimo 7 (sete) anos em funções privativas de advogado, reconhecido saber jurídico.

Artigo 5º - Para o provimento das funções de Assistente Jurídico exigir-se-á o exercício das funções privativas de advogado por um período mínimo de 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO III

Do Procurador Chefe

Artigo 6º - Ao Procurador Chefe compete:

I - prestar assessoria jurídica diretamente ao Reitor, sempre que solicitado;

II - propor ao Reitor a declaração de nulidade de atos administrativos de que tenha conhecimento;

III - autorizar despesas para diligências referentes às ações de interesse da Universidade de São Paulo;

IV - superintender os serviços jurídicos e administrativos da Consultoria Jurídica;

V - assegurar a coerência das teses esposadas na defesa da USP;

VI - submeter a aprovação do Reitor súmulas de jurisprudência administrativa;

VII - propor ao Reitor a admissão de pessoal;

VIII - avaliar o desempenho dos subordinados;

IX - exercer quaisquer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Reitor;

Parágrafo único - O Procurador Chefe poderá delegar as competências deste artigo ao Assessor Sub-Chefe ou aos Assessores Jurídicos.

CAPÍTULO IV

Do Assessor Sub-Chefe

Artigo 7º - Ao Assessor Sub-Chefe, designado pelo Procurador Chefe entre os Assessores Jurídicos da CJ, compete:

I - exercer atribuições que lhe forem cometidas pelo Procurador Chefe;

II - designar um Assessor Jurídico da CJ para substituí-lo, quando em exercício da Chefia, prevista no parágrafo único do artigo 2º.

CAPÍTULO V

Dos Assessores Jurídicos

Artigo 8º - Aos Assessores Jurídicos compete:

I - a elaboração de pareceres solicitados pelo Reitor ou pelas Instituições integrantes da Universidade através do Reitor;

II - a defesa judicial dos interesses da Universidade, sem prejuízo do disposto no artigo 9º, inciso III;

III - redigir, quando solicitado, minutas de atos a serem rebaixados pelo Reitor.

CAPÍTULO VI

Dos Assistentes Jurídicos

Artigo 9º - Aos Assistentes Jurídicos compete:

I - a elaboração de pareceres a que se refere o artigo 8º - I, quando de menor complexidade, a critério do Procurador Chefe;

II - examinar o aspecto formal dos concursos docentes e das licitações;

III - acompanhar o andamento dos processos judiciais, manifestar-se nos autos e realizar audiências, inclusive em Comarcas do Interior;

IV - auxiliar os Assessores Jurídicos em todos os feitos judiciais, quando solicitado;

V - substituir os Assessores Jurídicos em seus impedimentos;

VI - preparar peças jurídicas quando solicitado pelos Assessores Jurídicos;

VII - exercer qualquer outra atribuição que não seja privativa dos Assessores Jurídicos.

CAPÍTULO VII

Dos Auxiliares Jurídicos

Artigo 10 - Aos Auxiliares Jurídicos compete:

I - preparar o material de consulta para os Assessores e Assistentes Jurídicos;

II - organizar e manter fichário, por Assessor e Assistente, das ações e processos a eles distribuídos;

III - manter os Assessores e Assistentes Jurídicos informados da tramitação e dos prazos referentes aos processos pelos quais são responsáveis;

IV - manter o Assessor Sub-Chefe informado da tramitação e dos prazos referentes aos processos e ações pendentes;

V - realizar pesquisas de jurisprudência e doutrina para os Assessores e Assistentes.

CAPÍTULO VIII

Do Serviço Administrativo

Artigo 11 - O Serviço Administrativo compreende:

I - Diretoria de Serviços Administrativos;

II - Seção de Expediente e Comunicação;

III - Seção de Registros e Arquivo;

IV - Seção de Serviços Auxiliares da Administração.

Artigo 12 - São atribuições da Diretoria de Serviços Administrativos:

- I - distribuição do serviço;
- II - orientação geral, acompanhamento e avaliação das atividades dos servidores da CJ;
- III - controle da freqüência dos servidores da CJ;
- IV - controle do material, procedendo periodicamente ao inventário dos bens constantes do cadastro;
- V - atender ao público e encaminhá-lo aos assessores e assistentes;
- VI - marcar entrevistas com o Procurador Chefe e Assessor Sub-Chefe;
- VII - providenciar os pedidos de manutenção e conservação das instalações móveis, máquinas e equipamentos;
- VIII - preparar a escala de férias dos servidores;
- IX - indicar seu substituto;
- IX - autorizar a retirada de servidor durante o expediente;
- X - decidir sobre os pedidos de abono ou justificativa de faltas ao serviço;
- XI - propor ao Procurador Chefe contratação de pessoal;
- XIII - desempenho de atividade de apoio administrativo ao Procurador Chefe, Assessor Sub-Chefe, Assessores e Assistentes Jurídicos.

Artigo 13 - Compete ao Serviço Administrativo da CJ:

- I - Seção de Expediente e Comunicação:
 - receber, registrar, fichar, conferir, distribuir e expedir processos e papéis;
 - prestar informações;
 - controlar materiais;
 - providenciar reproduções de papéis e documentos.
- II - Seção de Registros e Arquivos:
 - catalogar livros e revistas;

- fichar legislação e pareceres;
- organizar cadastramentos e registros de publicações de interesse da USP;
- fornecer, através de pesquisas, elementos para elaboração de trabalhos referentes as áreas jurídica e administrativa;
- controlar e conservar os livros da biblioteca da Consultoria;
- providenciar reproduções de legislações;
- minutar ofícios e memorandos atinentes ao serviço da Seção.

III - Seção de Serviços Auxiliares da Administração:

- discriminar e datilografar pareceres, cotas, memorandos, ofícios, peças judiciais e relatórios;
- arquivar as cópias das peças datilografadas;
- minutar ofícios, memorandos e missivas;
- secretariar comissões em processos administrativos;
- operar em microcomputador.

IV - Secretaria:

- atender telefone; efetuar ligações locais e interurbanas;
- prestar informações;
- verificar e controlar a freqüência dos servidores.

CAPITULO IX

Do Serviço de Acompanhamento dos Feitos Judiciais

Artigo 14 - Ao Serviço de Acompanhamento dos Feitos Judiciais compete:

- I - organizar e manter fichário dos processos correspondentes às ações judiciais em que a Universidade seja parte;
- II - afixar em quadro próprio as datas e horários das audiências;
- III - distribuir, diariamente, as publicações de intimações judiciais, anotando-as nas fichas de andamento e nos processos internos das ações respectivas;

IV - efetuar, quando autorizado, pagamento de despesas em ações que a Universidade seja parte;

V - verificar o aspecto formal dos ofícios requisitórios antes de serem encaminhados a Coordenadoria de Administração Geral.

Parágrafo único: O Setor de Acompanhamento dos Feitos Judiciais será dirigido por um dos Assessores Jurídicos da CJ.

TÍTULO II

Dos Direitos e Vantagens

Artigo 15 - Ficam assegurados aos Procurador Chefe, Assessor Sub-Chefe, Assessores Jurídicos e Assistentes Jurídicos todos os direitos e vantagens concedidas aos Procuradores do Estado.

TÍTULO III

Das Disposições Finais

Artigo 16 - O provimento das funções de Assessor Jurídico e de Assistente Jurídico será feito pelo Regime Estatutário próprio da USP.